

## IDENTIDADE E MIGRAÇÃO ARMÊNIA: APONTAMENTOS E CRÍTICAS

Identidad y migración armenia: apuntes y críticas

Armenian identity and migration: notes and criticals

### RESUMO

A preocupação do presente artigo é expor as interpretações acerca do problema da identidade armênia e seus desdobramentos como relação social internacional, nos destinos da assim chamada diáspora armênia e na Armênia, dotada de diversas formas de representação aqui pensadas a partir do conceito de mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) para criticar a compreensão culturalista do problema. Ao final intentamos expor uma reflexão crítica sobre o trabalho de campo realizado na Armênia no segundo semestre de 2016 sob a perspectiva crítica do valor-dissociação, em diálogo com Scholz (2016), para pensar a chamada “questão da mulher” naquele país.

**Palavras-chave:** obilidade do trabalho, identidade armênia e crise de acumulação.

### RESUMEN

La preocupación del presente texto es exponer las interpretaciones acerca del problema de la identidad armenia y sus desdoblamiento como relación social internacional, en los destinos de la así llamada diáspora armenia y en Armenia, dotada de diversas formas de representación aquí pensadas a partir del concepto de movilidad del trabajo (Gaudemar, 1977) para criticar la comprensión culturalista del problema. Al final intentamos exponer una reflexión crítica sobre el trabajo de campo realizado en Armenia en el segundo semestre de 2016 bajo la perspectiva crítica del valor-disociación, en diálogo con Scholz (2016), para pensar la llamada “cuestión de la mujer” en este país.

**Palabras-clave:** movilidad del trabajo, identidad armenia y crisis de acumulación.

### ABSTRACT

The aim of this paper is to present the interpretations about the problem of Armenian identity and its unfolding as an international social relation in the destinies of the so-called Armenian diaspora

**Artur Attarian Cardoso Camarero**

Programa de Pós-graduação em  
Geografia Humana (PPGH) da  
FFLCH/USP

artur.attarian@gmail.com

Artigo recebido em:

22/01/2019

Artigo publicado em:

26/01/2019

and in Armenia, endowed with various forms of representation conceived from the concept of labour mobility (Gaudemar, 1997) to criticize the culturalist understanding of the problem. The text closes with some critical reflections about our work field experience carried out in Armenia in the second half of 2016 under the critical perspective of value-dissociation, in dialogue with Scholz (2016), to think about the so-called “women’s issue” in this country.

**Keywords:** labor mobility, Armenian identity and accumulation crisis.

## Introdução

O presente artigo se volta inicialmente a um breve debate sobre a questão da identidade armênia e a mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) com a intenção de criticar as concepções culturais que afirmam a identidade armênia de maneira trans-histórica, ou seja, hipostasiando categorias modernas nesta construção identitária. Para tanto, se esboça uma crítica à noção de “cultura” como esfera autônoma, principalmente quando essa se remete ao elo estabelecido entre os armênios no início do século XX em São Paulo através da “ajuda-mútua” (Grün, 1992). A aparência da cultura como esfera autônoma da sociabilidade esconde a diferença entre as classes sociais e a dominação patriarcal na representação naturalizada da “família armênia calçadista”. Tal representação, embora tenha uma materialidade vivida e muita história, tanto nos destinos da diáspora, como naquela inspirada pela armenidade histórica (trans-histórica), acaba por esconder as relações de dominação e exploração conformadas no interior da comu-

nidade armênia em questão, do mesmo modo como esconde a dominação patriarcal do valor-dissociação, a qual demarca rigidamente os papéis de gênero dentro dessa comunidade. Remontar esse processo possibilita o levantamento de questões relacionando a identidade armênia e sua representação à produção de calçados historicamente nas comunidades da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – esteja o armênio na posição personificada de capitalista ou de trabalhador.

Buscamos também estabelecer uma reflexão crítica sobre as observações realizadas em trabalho de campo na Armênia em 2016, em diálogo com Scholz (2016), que propõe olhar para a “contradição em processo” ao se defrontar com a discussão sobre a acumulação primitiva na sociedade contemporânea, criticando a ideia da reposição da acumulação nos dias atuais como outra colonização, ao encontrar novos grupos dissociados, mulheres, migrantes, entre outros. A ideia é interpretar o trabalho de campo e o levantamento de dados em meio a esse



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

debate e esboçar uma crítica à situação de dominação patriarcal particular da Armênia.

Por fim, concluímos com um olhar para o capitalismo contemporâneo, sem substância de valor, no qual a relação social se fundamenta numa ficção de acumulação de capitais e a experiência subjetiva sujeitada a isso tudo se ancora na simulação (Kurz, 1997) e no espetáculo. Ou seja, observando o quanto a vida em comunidade, as tradições de outrora fundamentais aos mitos fundadores da armenidade trans-histórica, parece ser hoje parte do espetáculo das representações de identidade.

### O problema da identidade armênia trans-histórica em conflito com a mobilidade do trabalho da modernidade

A noção de diáspora armênia usualmente difundida (Sapsezian, 1988; Freitas, 2001) baseia-se nas estratégias de reprodução das comunidades armênias para se estabelecerem e se afirmarem, através da *armenidade*, como grupo distinto nos países de destino dos refugiados do genocídio. É, portanto, uma noção que enfatiza os elementos culturais característicos, notadamente língua e religião, assim como as instituições encarregadas de manter a organização das comunidades diaspóricas, como igrejas, partidos políticos, sociedades beneméritas e clubes. Quanto a isso, Pedro Bogossian Porto (2011) entende essas instituições como centrais para a

organização e reprodução dessas comunidades armênias em diáspora:

[...] grande parte da relevância que a Igreja Apostólica Armênia assume perante a comunidade, por exemplo, está ancorada na função milenarmente exercida pela instituição na manutenção da coesão da coletividade, pois mesmo a ideia de “nação armênia” não se justifica sem que se refira às suas origens e aos seus símbolos históricos, dentre os quais a Igreja é peça central. Nesse sentido, a população armênia deve ser entendida como uma comunidade imaginada, resultado de uma abstração que, baseada em elementos concretos, produz uma identificação entre indivíduos que, de outro modo, jamais se perceberiam como parte de uma mesma coletividade. (Porto, 2011, p. 7)

A ideia de Nação compreendida por ele retrata uma construção abstrata *a posteriori*, na qual a escolha de elementos de legitimação de um determinado projeto nacional (como as semelhanças entendidas como culturais, linguísticas, etc.) atenderiam à chamada população armênia se afirmando enquanto uma *comunidade imaginada*<sup>1</sup>. De acordo com Sapsezian (1988), dois fatores explicam a:

[...] proverbial índole peregrina dos armênios. O primeiro, mais determinante, são as adversidades sofridas em sua terra natal, encruzilhada das ambições de outros povos; o outro fator é o espírito empreendedor, o gosto pela aventura e pela descoberta próprio de inveterados andarilhos. (Sapsezian, 1988, p. 159-160)

Esses fatores flagrantes no argumento do autor naturalizam, por exemplo, “o gosto pela aventura” como característica própria aos armênios. No entanto, mais adiante no seu texto, ele faz uma diferenciação qualitativa entre a diáspora do final do século XIX (referente aos massacres hamidianos) e o genocídio na Primeira Guerra. Essa distinção é bastante importante atribuindo a esses eventos violentos um conteúdo psicológico à diáspora. Confor-

1 - ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo. Companhia das Letras, 2009 [1983]. No primeiro capítulo do livro *Nações e Nacionalismos* desde 1780.

me Sapsezian (1988):

Esta não é uma diáspora de emigrantes econômicos, no sentido de grupos que abandonaram seu país movidos pelo desejo de encontrar espaço de liberdade e de trabalho, mas de refugiados, sobreviventes de um naufrágio, milagrosos escapados da hecatombe [...]. (Sapsezian, 1988, p. 160)

Essa caracterização da grande diáspora armênia<sup>2</sup> tem grande importância para se pensar a particularidade da migração deste grupo. Tal qualidade de refugiados de um extermínio em massa diferencia muito a mobilização dos armênios, dado o contexto de reordenamento das relações de produção, envolvendo grandes mobilizações, ou seja, migrações redefinidoras do mapa da Europa, na forma da modernização ultraviolenta da Primeira Guerra.

No entanto, esta particularidade do momento histórico, que tornou os armênios refugiados do genocídio, não tirou destes, diferente da interpretação de Sapsezian (1988), voltada aos aspectos culturais, sua qualidade de “emigrantes econômicos”.

A partir da abordagem do conceito de *mobilidade do trabalho* (Gaudemar, 1977) podemos extrapolar essa perspectiva cultural e pensar nos armênios não só como reprodutores da ideia de etnia, comunidade e de fato organizados a partir de suas instituições, mas também, pensar a diáspora como fenômeno possível somente na sociedade moderna, na qual a forma mercadoria se generalizou como fundamento da sociabilidade. Isso porque a mobilidade do trabalho visa compreender a particularidade da migração na modernidade, na sociedade produtora de mer-

cadorias (Kurz, 1992), na qual a socialização decorre da equiparação de trabalhos diferentes para a troca, comparados unicamente pelo critério quantitativo de tempo social médio de trabalho, o chamado trabalho abstrato (Marx, 1985). E, assim, migrar é mobilizar trabalho para acumulação do capital (Gaudemar, 1977). Ou seja, a possibilidade de uma pessoa ir de um lugar a outro, migrar, se deve, na sociedade, ao fato da mercadoria ocupar totalmente a vida social (Debord, 1997); a mercadoria força de trabalho tem a mobilidade para se vender em qualquer lugar, tanto como parte da ilusão de sujeito, escolhendo onde trabalhar (liberdade positiva), como, por exemplo, em consequência da situação de refugiado, não sabendo onde o navio vai aportar (liberdade negativa). Não vamos, obviamente, expor toda a complexidade do argumento de Gaudemar (1977), presente no conceito de mobilidade do trabalho, mas torna-se importante retomar o seguinte trecho, por sua forma sintética ao articular os termos, conceitos, categorias da crítica da economia política d’*O capital* sobre a forma valor e o trabalho abstrato na passagem fantasmagórica da relação social entre coisas:

Esta progressão da forma-valor pode precisamente compreender-se pelo recurso à mercadoria-força de trabalho. Ela permite muito mais facilmente, pela sua identificação, esta “redução de todos os trabalhos” a um dispêndio de força humana; na sua forma capitalista, o trabalho não é mais do que “o uso ou emprego da força de trabalho”. Ele é portanto uso de uma mercadoria ou ainda troca de uma mercadoria (força de trabalho) por outras mercadorias (produtos). Perde assim a aparência de “uma relação social dos homens entre si” para tomar “a forma fantástica de uma relação de coisas en-

2 - Vale ressaltar que Sapsezian (1988) inicia seu capítulo sobre a diáspora armênia fazendo um apanhado dos destinos de exílio ao longo de um tempo trans-histórico, abrangendo períodos do século X até a diáspora da história recente.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

tre si”, já que, na relação social dos homens entre si, que representa o emprego da força de trabalho, a força de trabalho coloca-se nas coisas, torna-se coisa entre as coisas, mercadoria entre mercadorias. (Gaudemar, 1977, p. 198)

Essa passagem sobre a mobilidade do trabalho, desenvolvida por Gaudemar (1977), ajuda a pensar no caráter histórico da força de trabalho como próprio da relação-capital, que dá forma à sociedade produtora de mercadorias. O desdobramento desse argumento seria a demonstração histórica da acumulação primitiva, momento de separação entre produtor e meios de produção (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 24, p. 262). Marx (1985), ao falar sobre o dinheiro, apresenta a dupla liberdade e nos mostra como essa relação entre possuidor de dinheiro e possuidores das próprias forças de trabalho é parte da história moderna e não um dado ontológico:

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.

A questão do por que esse trabalhador livre se defronta com ele na esfera da circulação não interessa ao possuidor de dinheiro, que encontra o mercado de trabalho como uma divisão específica do mercado de mercadorias. E tampouco ela nos interessa por enquanto. Nós nos ateremos ao fato na teoria assim como o possuidor de dinheiro na prática. Uma coisa, no entanto, é clara. A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. *Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos.* Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social. (Marx, 1985, I, t. 1, cap. 3, p. 140, grifos nossos)

A diáspora armênia, para além da reprodução cultural, pode ser entendida como a forma particular de inserção dos armênios nos países de destino dos refugiados da guerra de 1914. Para Gaudemar (1977), a circulação das forças de trabalho, a mobilização das pessoas pelo trabalho para acumulação do capital, é um momento de submissão ao mercado que desloca os trabalhadores de uma esfera à outra. A mercadoria força de trabalho tem na sua mobilidade “a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior” (Gaudemar, 1977, p. 194). No entanto, muitos fatores diferem esse momento histórico em que o extermínio planejado por um Estado se coloca como possibilidade.

Cabe pensar assim, quais são as particularidades da migração armênia para São Paulo, tendo como base a generalização prévia das relações mercantis, possibilitando, portanto, a venda da força de trabalho dos armênios no Brasil, sua mobilidade.

## **Patriarcado, crédito a homens de valor**

As figuras de Riscallah Jorge Tahinian para a capital e a de Vahan Keutenedjian para o subúrbio, respectivamente armênios beneméritos da comunidade de São Paulo e Presidente Altino, parecem ter sido de suma importância para a inserção econômica dos refugiados



do Genocídio Armênio. A ajuda entre as famílias extrapola o âmbito da “ajuda-mútua” de Grün (1992) relativa à ajuda (dinheiro emprestado ou crédito em mercadorias) direcionada para criação de pequenas fábricas de calçado e entrelaça a participação na comunidade especialmente através da Igreja Apostólica Armênia, contando, no caso das localidades em questão, com apoio massivo dos dois beneméritos para a construção de suas sedes. Além disso, essa ajuda contribuiu com a reprodução da armenidade por meio das fontes de rendimento (terra, trabalho e capital) envolvendo a vida de armênios imigrantes já estabelecidos desde o final do século XIX e refugiados do Genocídio Armênio buscando melhores condições.

O pagamento aos novos imigrantes, empregados nessas fábricas de calçados, era em grande parte realizado com sobras de couro, moldes de coleções anteriores, etc. Nesse caso, para Grün (1992), o assalariamento é uma maneira “um pouco abusiva” de explicar tal relação empregatícia, pois havia grande cumplicidade entre empregados (recém-chegados expropriados dos meios de produção) e empregadores. Para o autor este assalariamento era uma etapa, momento necessário da carreira social do trabalhador, a caminho de sua própria confecção. Nesse processo, o recém-chegado ganharia experiência no ramo calçadista, devendo demonstrar ser um “bom armênio”, ou seja, se qualificando como possível receptor de ajuda (crédito) por parte dos con-

terrâneos. Para este autor, esse processo foi um excelente reprodutor de identidades étnicas (Grün, 1992, p. 47).

Desta forma, a inserção dos armênios na economia brasileira através da mobilidade do trabalho, próxima às possibilidades postas pelas relações dentro da comunidade, sem esquecer da importância da religião cristã, molda sua identidade armênia *a posteriori*<sup>3</sup>.

Ao abordar a imigração armênia do começo do século XX, Roberto Grün afirma que existe uma estreita relação entre o crédito, a chamada “ajuda mútua” – conduzindo a especialização funcional (calçadista) – e a construção e afirmação da identidade étnica, de modo a conectar pertencimento nacional e religioso com atividades profissionais de parte dos refugiados e imigrantes. Para o autor: “essa conexão nos leva ao centro da problemática da não dissociação entre as esferas econômica, religiosa e cultural nas estratégias de carreira dos imigrantes e descendentes de primeira geração” (Grün, 1992, p. 54).

Essa conexão é significativa nas primeiras fases de imigração, ainda que em nossa perspectiva ela seja demasiadamente generalista e escamoteie os processos de trabalho através de uma representação de identidade cultural unívoca. Para Loureiro (2012) e Grün (1992), haveria ainda a importância da Igreja na vivência da comunidade, criando uma hierarquia na qual havia possibilidade do armênio recém-chegado, sem recursos materiais, se inserir

**3** - Um processo semelhante foi tratado por José de Souza Martins, ao abordar as trajetórias dos imigrantes de origem italiana em “mútuo socorro no nascimento da classe trabalhadora” no seu livro **Subúrbio**. Para este autor “a italianidade foi [...] construída na adversidade das condições de vida que o imigrante encontrou no Brasil”, em um processo de “autodescoberta do imigrante como italiano” (Martins, 1992).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

através da “ajuda mútua” na indústria de sapatos, dado uma espécie de adiantamento de capitais, concedida exclusivamente aos que chegavam para trabalhar na e com confecção de sapatos.

Um dos entrevistados da pesquisa, Eduardo Zeronhian<sup>4</sup>, neto de imigrantes, narra a trajetória da fábrica familiar a partir de sua experiência. O início do depoimento explicita o Genocídio como “mito de fundação da coletividade armênia” no sentido de um sentimento de coesão a um grupo social heterogêneo, de modo que o Genocídio aparece como uma espécie de organizador das narrativas (Porto, 2011, p. 16).

(Eduardo Zeronhian) – Ele [pai] conta que eles tiveram que vir de lá como todos imigrantes, fugido, né? Não teve jeito. Aí chegaram aqui no Brasil e cada um foi fazendo uma coisa, chegaram a trabalhar na prefeitura, meu avô antigamente era cobrador de ônibus. Foi aí que ele [pai] começou depois a trabalhar na fábrica de um primo, tio deles.

(Artur) – Fábrica de calçado?

(E) – De sapato. A vida inteira deles foi sapato, praticamente eles não sabiam fazer outra coisa a não ser mexer com sapato.

(A) – Mas eles mexiam com sapato lá na Armênia, não?

(E) – Não, lá não. Quer dizer nunca me falaram nada, né? Deles terem trabalhado com sapato lá. Aí quando eles chegaram, parece que tinha um tio, um parente do pai deles, do meu avô que mexia com isso... aí começou todo mundo trabalhar lá dentro. Aí depois ele [pai] abriu a fábrica. Com tempo eles montaram a fábrica deles [...]

(A) – Você diz eles, quem são?

(E) – Ele [pai] e os dois outros irmãos. Aí a vida inteira deles foi nisso, na base do sapato.

(A) – Isso quando eles começaram a trabalhar na fábrica do primo do seu avô?

(E) – Se eu não me engano era um primo do meu avô.

(A) – Isso foi mais ou menos em que ano?

(E) – Olha [...] que eles tiveram fábrica, pô desde que eu era criança. Quer dizer, ele era solteiro e já tinham fábrica, isso é da década de cinquenta e pouco.

(A) – A fábrica deles, né?

(E) – É, aí que eles começaram com a fábrica deles.

(A) – E era pra esses lados daqui [...]

(E) – Sempre foi aqui no bairro do Imirim, sempre. Eles começaram na Rua nova dos portugueses. Aí depois eles vieram pra [...] com o tempo meu avô construiu o prédio onde eles, o pessoal morou a vida inteira, mora até hoje que é na Alfredo Pujol. Embaixo eles chegaram a montar uma fábrica também, teve uma época que montaram um supermercado. Daí eles saíram, montaram uma outra fábrica na Avenida Casa Verde e ficaram por um bom tempo. Aí em 1981 eles compraram um terreno na Avenida Imirim, aí construíram o prédio e eles passaram a fábrica, que até então na Casa Verde era locado, pagavam aluguel. Aí aqui eles passaram pra prédio próprio. Aí depois teve aquela crise toda, em 1986, 87 [...] Foi aí que meu pai tinha um pouco mais de visão de negócio [...]. Ele achou melhor, porque eles ficaram praticamente e isso convivi porque eu fazia faculdade e trabalhava na fábrica na época. Eu convivi, foi um ano praticamente [...] 1987, se eu não me engano, 1988. Foi um ano assim totalmente parado o mercado. Sem trabalhar, tendo que custear funcionário pra num perder [...] fábrica de sapato se você dispensasse um funcionário, a mão de obra, depois pra você recontratar era difícil. E os funcionários deles, a vida inteira, foram os mesmos. Sempre funcionário de confiança, trabalhadores, que nunca deram problema nenhum pra eles. Então eles nunca [...] eles preferiam pagar o funcionário e ficar com os funcionários do que dispensar e depois ter que ficar correndo atrás de outros. Muitos amigos deles que tinham fábrica de sapatos na época, momento que eles não trabalhavam eles queriam catar os empregados e levar. Então nesse ponto aí foi quando ele achou, ele viu que o negócio não ia, não ia [...] tava ruim mesmo a crise econômica do país aí ele resolveu parar. Ele falou: “o que eu construí hoje, se eu continuar eu vou perder, se eu continuar eu perco”. Até um dos meus tios foi contra na época, queria continuar. Ele [pai] falou: “cê pode, quer ficar com a fábrica, num quero nada, pode bancar você, não tem problema nenhum, mas eu pra mim vou parar antes que eu perca. O pouco que eu construí de patrimônio, de coisa que eu comprei [...] eu não posso jogar por água abaixo”.

(A) – E a sua lembrança é que ele atribuía esse problema à crise do país todo?

(E) – Ah foi [...] tanto foi a crise que tiveram vários amigos, eu conhecia porque eu trabalhava na fábrica... então eu fazia, a gente tinha muito contato, muita amizade. Várias fábricas de sapatos de amigos que quebraram, que quebraram.

(A) – Mas essas fábricas de amigos eram todas de armênios?

(E) – Armênios e brasileiros. Tem inclusive um deles, esse é brasileiro, eu encontro ele de vez em quando aí um tempo atrás, quando eu havia encontrado [...] Aí eu tava comentando com ele, fazia tempo que eu não tinha visto ele, ele disse que

4 - Entrevista realizada no escritório do entrevistado em 10 de maio de 2013.

perdeu tudo o que ele tinha, casa [...] tava recomeçando tudo de novo agora, por causa da fábrica, da crise.

(A) – Ele seguiu no ramo do calçado [...]

(E) – Ele parou, quebrou, ele falou: “fui vendendo patrimônio para ter que ir pagando dívida, dívida, dívida, não sei o quê” [...] mas sabe aquela coisa de “ah, eu acho que vai melhorar, eu acho que vai melhorar”, então [...] nesse ponto eu vou falar, meu pai foi bem inteligente porque não sei hoje como ele teria ficado se ele tivesse insistido. Porque pelo irmão dele ele continuaria, mas ele falou: “eu não vou porque se eu continuar [...]”

(A) – Ai ele vendeu?

(E) – Não, ele fechou. Venderam todas as máquinas, venderam todo equipamento e parou.

De fato, a partir entrevista, percebe-se, pelo menos na pequena escala e na época em que eles produziam, a baixa composição orgânica de capital no ramo dos calçados, a qual mais tarde tornaria inviável a reprodução deste tipo de produção com o estabelecimento das grandes marcas brasileiras a partir da década de 1970. Posteriormente, ao final da década de 1980 e com abertura da importação no governo Collor, a produção calçadista de pequeno porte foi extinta. Outra questão interessante abordada pelo entrevistado diz respeito ao modo como seus familiares se inseriram no mercado de trabalho, sua mobilidade. Num primeiro momento trabalharam em empregos variados, sem a necessidade de especialização. Depois, os mesmos eram mobilizados por outros familiares na pequena indústria calçadista. Neste caso há ainda o desdobramento de uma nova “fábrica armênia” a partir da chamada “ajuda mútua” condicionando materialmente a chamada “especialização funcional”.

O ramo dos calçados, pelo menos nessa época, é tido como de baixa composição orgânica

de capital. Assim, a principal barreira aos recém-chegados de entrada neste ramo era de ter os meios de produção, algo só facilitado através da “ajuda mútua”.

De posse dos moldes, o agente passava a montar sapatos por conta própria em casa, após o trabalho e/ou com ajuda da família. Com o tempo, essa pequena produção doméstica virava uma “fábrica de fundo de quintal” e os mais capazes, os afortunados, transformavam a fábrica em fábrica regularmente estabelecida. (Grün, 1992, p. 48)

Os insumos (borracha, cola, salto, linha) eram fornecidos em forma de crédito pela Casa da Boia, propriedade de Riskallah, discriminados em uma “cadereta de conta corrente”. Dessa forma, o armênio instalado no ramo dos calçados deveria estar ligado à comunidade, em especial à Igreja e a nomes bem estabelecidos economicamente.

O autor supracitado apresenta o exemplo de uma família experiente, com ofício e confecção têxtil no Líbano, apoiada na chegada ao Brasil (com empréstimo de máquinas, adiantamento de tecidos) pela família Gasparian. Passados alguns anos, depois de pagar suas dívidas e gozar de alguma estabilidade, essa família se inseriu no ramo dos calçados ao invés de se manter na indústria têxtil. A força da chamada “especialização funcional” nesse caso é pensada por Grün (1992) em três aspectos: primeiro, no ramo de confecção têxtil os armênios se defrontariam com os judeus e árabes enquanto concorrentes; em segundo, por serem minoria nessa atividade e, portanto, terem menor possibilidade de serem ajudados; por fim, pela respeitabilidade dos Riskallah (no ramo do cobre)



**5** - Aqui cabe uma consideração sobre uma insuficiência deste estudo, refletindo também uma escolha. Ao longo de nossa exposição nos aproximamos da ideia desenvolvida por Karl Marx sobre superpopulação relativa sem explicitá-la nesses termos. Há uma vasta discussão acerca da temática da população na Geografia, desde a “surrada” teoria de Malthus e sua influência na demografia quantitativa, até autores clássicos como La Blache, Sorre e Raffestin. Para uma boa revisão introdutória acerca dos estudos de população na Geografia recomendamos a publicação de Damiani (1992).

e o maior aporte de capitais no ramo calçadista entre os armênios. Nas palavras do autor:

[...] o ramo de sapatos pode ser considerado um mercado mais aberto, em que as posições já mantidas pelos patrícios facilitam as manobras comerciais de todos os armênios, que podem se movimentar entre as diversas fontes de apoio possíveis; enquanto, em outro ramo, o agente isolado, material e culturalmente, fica a mercê de seu patrocinador imediato. (Grün, 1992, p. 58)

O condicionante cultural é considerado pelo autor como o mais relevante em seu esquema explicativo, pois os recém-chegados, mesmo tentando, tinham muitas dificuldades para se estabelecer sem depender da ajuda dos conterrâneos. Esse condicionante, no entanto, pode ser elaborado para além da perspectiva cultural, como uma forma específica de inserção econômica desses armênios, datada por um contexto histórico no qual o avanço da divisão social do trabalho, mesmo lento ou “intermitente”, como aponta Oliveira (1977), dava o tom de uma nova dinâmica de acumulação de capitais no Brasil. Nesse sentido, a mobilização de imigrantes europeus para o trabalho constituía a primeira opção da indústria brasileira, apesar da abundante população brasileira liberada para o capital desde a Abolição<sup>5</sup>.

Estas condições possibilitaram o avanço da divisão social do trabalho pautada na indústria acompanhando, principalmente, a demanda da reprodução da força de trabalho. Para Oliveira (1977) o custo de reprodução do trabalhador se manteve baixo pelas relações de produção em expansão no campo e pelo “exército industrial de reserva”:

Os poucos itens não agrícolas da cesta de consumo dos assalariados imporão

um caminho à industrialização nascente: ela começará pelos bens não duráveis, tipo alimentos, *calçados*, têxteis, e alguns bens intermediários para os quais a existência de recursos naturais no País, os altos custos de transporte da importação e o consumo da mão-de-obra barata os tornarão competitivos (principalmente no ramo de minerais não metálicos). O tamanho das empresas nesses ramos não será insignificante, principalmente a têxtil, dada a dimensão do mercado constituída por uma massa de valor (a folha de salários) de baixo nível, é certo, mas extremamente extensa. O sentido geral da industrialização seguirá, de perto, pois, os níveis, a composição e as modificações no custo de reprodução da força de trabalho; a demanda das classes médias, débeis tanto numérica quanto qualitativamente, bem como da burguesia agrária e urbana, continuará sendo atendida pelas importações. (Oliveira, 1977, p. 27, grifo nosso)

O lugar da produção de calçados como um bem não durável se faz importante para pensar a reprodução dos armênios nesse ramo da indústria, tanto pela demanda posta pela reprodução da força de trabalho crescente em São Paulo, quanto pela baixa composição orgânica de capital das pequenas fábricas de armênios e descendentes, que conseguiram reproduzir ampliadamente a armenidade.

A segunda geração, ou filhos dos imigrantes chegados nesse contexto da Primeira República, eram logo iniciados ao trabalho ligado à família. Esses tinham mais habilidade para lidar com clientes, e, especialmente, com o Estado brasileiro ou mais especificamente o paulista, personificado na figura do fiscal. Introduzir os jovens nas lojas e fábricas era também um jeito de garantir a reprodução dos negócios, evitando a mudança de ocupação da segunda geração. Para Grün (1992), na terceira geração, as classes altas tornam-se referência.

Ainda para ele, a transmis-

são da chamada “especialização funcional” é alta entre as gerações, estruturando as formas de sociabilidade mais puras da colônia (ligadas à Igreja, Escola Armênia, etc.). Caminhando em busca de uma resposta o autor destaca, citando entrevistas, a iniciação precoce no ramo dos calçados refletindo a estrutura familiar armênia, na qual os homens jovens começam a frequentar a loja, a firma de calçados, e as garotas após os estudos passam o dia ajudando a mãe em casa. As típicas relações do valor-dissociação (Scholz, 2016) se reproduzem com naturalidade no seio da família armênia imigrante calçadista. Para Grün (1992), os mecanismos de reprodução dessa especialização funcional são próprios aos grupos com dificuldade de reproduzir suas particularidades em um contexto de mercado aberto (Grün, 1992, p. 60).

Com a influência das ideias liberais retornadas ao cenário do pensamento político-econômico no final do século XX e a disputa pelo mais alto lugar na hierarquia econômico-social, o cenário de inserção comercial da terceira geração se altera:

[...] a figura do negociante intrépido é valorizada, não se trata simplesmente de inverter o sinal da antiga desconfiança que a sociedade depositava no comerciante, mas de um novo tipo de empreendedor ungido por um diploma superior, que faz da Administração uma arte nobre. Com a iniciação precoce, o período de turbulência do adolescente armênio acaba sendo “canalizado” no negócio (negando o ócio...). Mais do que isso, as formas de socialização que se desenvolveram nesse processo ajudam a atualizar as posições da família em relação à translação e evolução geral no campo econômico. (Grün, 1992, p. 61)

Agora, esses jovens tendem a procurar uma clientela de alto

nível social, passando do centro da cidade para os Jardins, ou mais especificamente aos *shoppings centers*, sendo essa mais uma diferença geracional acompanhando as mudanças econômicas da cidade. O autor aborda como a “armenidade” fica comprometida<sup>6</sup> quando os estudos universitários e casamentos interétnicos tornam-se mais comuns, e o circuito calçadista perde a base das coalizões étnicas.

Pensando os *mecanismos da reprodução étnica*, Roberto Grün (1992) busca compreender na subjetividade dos jovens armênios quais são as motivações de sua inserção na “maioridade comercial” e aponta para o trinômio: *dinheiro no bolso, carrão e loja no shopping*.

Dentro do universo cultural, o sapato e sua comercialização são a referência na socialização (Escolas Armênicas, Igrejas e Clube), e o *dinheiro no bolso* aparece como “tentação” ao jovem destacado diante dos outros jovens. Nesse ponto, as carreiras universitárias deixam de ser uma possibilidade de inserção social e a posição do comerciante passa a ser exaltada, opondo-se a mentalidade do homem de ação que caracteriza simbolicamente o comerciante, ou seja, em relação ao homem reflexivo referido às carreiras universitárias (ou dessa ordem de formação).

Nosso entrevistado conta sobre essa mudança de carreira da segunda para a terceira geração, da fábrica de calçados para uma profissão liberal exigente de formação superior, demonstrando o trinômio citado por

6 - Eduardo, um dos entrevistados, deteve-se bastante nas suas lembranças de infância e adolescência no Clube (SAMA). Ele afirma que na década de 1970 o clube era muito movimentado e hoje está vazio. Em um primeiro momento ele fala sobre essa diferença, atribuindo às mudanças na vida, turma da faculdade, filhos. Posteriormente fala sobre as “panelinhas” no clube e como os jovens deveriam tentar reanimá-lo. Perguntado se ele conseguia apontar para um fator que explicasse essa diferença entre “a sua época” e o clube esvaziado hoje, Eduardo afirmou não ter uma resposta.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

Grün (1992) como uma realidade relativa às famílias já inseridas no comércio do *shopping*:

(Artur) – E você decidiu ir pra outra carreira?

(Eduardo Zeronhian) – É, na realidade ele [pai] sempre falava que ele não queria aquilo pra nós, pros filhos. É um ramo difícil, é sacrificante, é complicado, você não sabe o que isso vai girar amanhã. É difícil, ele falava: “vão estudar, vão fazer outra coisa”. Então cada um, na verdade o único que trabalhou na fábrica fui eu, meus irmãos, um foi na área da engenharia, outro em administração, sempre trabalhou em banco. Então quem ficava na fábrica, trabalhava mais lá era eu.

De acordo com outro informante da pesquisa, James Onnig Tamdjian, geógrafo hoje integrante da direção da Sociedade de Artística de Melodias Armênicas (SAMA), conhecido como Clube Armênio: “a indústria calçadista armênia é um retrato fiel da descentralização industrial em São Paulo”, isso por conta da elevação dos salários (capital variável) na capital em relação com outros polos calçadistas emergentes e também pelo aumento do capital constante em razão da elevação do preço dos aluguéis na cidade. De acordo com ele, a inserção dos refugiados tem uma característica piramidal, na qual os recém-chegados se empregam ancorados nas famílias ricas já alocadas em São Paulo. No topo da pirâmide estão os armênios capitalistas empregadores dos primeiros refugiados; estes, por sua vez, formam o meio da pirâmide; e, na base, encontra-se a “massa”, os imigrantes chegados entre as décadas 1920 e 1930. Nosso informante entende que a participação comunitária é maior na base dessa estrutura piramidal. Com essa informação o argumento ganha processo e movimento para se pensar o destacado por Grün

(1992) sobre a inserção dessa “massa” na comunidade e sobre a aprovação do “bom armênio” como reprodutor de identidades étnicas.

Acerca da ocupação profissional e sua relação de gênero dentro da típica reprodução da família armênia imigrante calçadista, diz o autor de *Negócios e Famílias*:

[...] entra no contexto a definição dos papéis sexuais, vinculando as condutas masculinas à loja, que significam a ação e o mundo exterior, enquanto o papel feminino se vincula às leis reflexivas, à domesticidade (enquanto a menina fica em casa estudando, o menino vai ajudar o pai...). Cria-se dessa forma um composto de significados vinculando a definição de homem completo à definição de empregado. (Grün, 1992, p. 64)

Expressão mais clara do trabalho abstrato como *princípio masculino* não poderia ser dita pelo autor ao caracterizar a “definição dos papéis sexuais”, separando a “esfera feminina e as qualidades imputadas às mulheres”, que “representam somente o outro lado da moeda do ‘trabalho abstrato’ no patriarcado ligado à forma-valor”, como escreveu Roswitha Scholz (1996). A armenidade aparece como cultura e tradição trans-histórica caindo como uma luva na sociabilidade patriarcal capitalista. Ao aparecer como natureza da relação interna a essa comunidade é, ao mesmo tempo, a natureza da relação do valor-dissociação, apenas com cores culturais particulares a serviço da identidade dos participantes dessa sociabilidade comunitária particular.

A ideia do *carrão* é uma continuação da ideia de formação da maioria carregando simbolicamente uma imagem de riqueza, potência e indepen-

dência, novamente destinada somente ao homem enquanto sujeito do valor. Por fim, *loja no shopping* indica a permanência modernizada dos armênios no comércio, na qual a elevação social se coloca com a necessidade de inserção em círculos de sociabilidade além da fronteira étnica. Com essa afirmação comercial, aparecendo como “gosto pelo negócio” em um momento de predomínio de ideias neoliberais, os “descendentes de imigrantes expandem-se para as classes médias e altas, em geral, da mesma forma que se expandiram em outros tempos os elencos de qualidades necessárias ao ‘bom funcionário’” (Grün, 1992, p. 66).

No entanto, o crivo de “ajuda-mútua” para “bons armênios” confere aos portadores dos capitais, os assim chamados beneméritos da comunidade – como os armênios donos de capitais e empresas ou representantes sindicais apoiados pelas instituições da comunitárias –, o lugar social do patriarca que dá crédito aos homens “de valor”. E a esfera privada da reprodução cabe às mulheres armênicas, com suas “virtudes femininas” (Kurz, 2000) dissociadas da produção de valor. Desse modo, a identidade cultural armênia – escondendo relações de dominação entre classes, tal qual esconde a dominação patriarcal do valor-dissociação – cabe tanto aos beneméritos, quanto aos refugiados, mesmo que suas personificações e condições econômicas sejam completamente diferentes. Se o primeiro participa do elo cultural a partir de

sua vantajosa rede de exploração de trabalho e concessão de crédito dentro da comunidade, o segundo prende-se nesse mesmo elo ao mobilizar sua força de trabalho para pagar o crédito e/ou para valorizar o capital dos beneméritos e empresários: os patriarcas da armenidade na metrópole paulistana.

### **A questão da mulher na Armênia e a crítica de Scholz à ideia de acumulação infinita de capitais**

Após a passagem anterior sobre a formação de uma comunidade mobilizando uma série de relações e personificações no contexto da metrópole paulistana durante o século XX, intentaremos expor questões oriundas do período em trabalho de campo na Armênia, realizado entre agosto e novembro de 2016, sobre o lugar social das mulheres nesse país de tradições patriarcais.

Foram quase quatro meses trabalhando, conversando, viajando e me ambientando nesse pequeno país tão orgulhoso de suas tradições e tão pouco crítico em relação aos processos violentos de invenção e aceitação de qualquer tradição. A cegueira do nacionalismo apareceu algumas vezes, a mercadoria mais valiosa é a tradição vendendo e orientando discursos e representações intensamente. Tradição que (p)reserva posições e afazeres bem marcados nos gêneros e suas personificações.

A isso junta-se a antinomia do direito patriarcal, por



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709



**7** - Vale ressaltar os relatos de mulheres hostilizadas por fumarem na rua, enquanto os homens mascam cigarros, bem como os “conselhos” dados por mulheres mais velhas às garotas estrangeiras superficialmente livres de algumas amarras machistas: “volte para casa antes de 22h, a rua não é um bom lugar para mulheres depois dessa hora”. Em Gyumri, mais de uma garota nos disse que seus familiares não as deixam sair sem a companhia de algum homem, seja irmão, pai, tio ou namorado.

**8** - Dados da Proactive Action de 2011. Disponível em: <http://www.stopvaw.org/armenia>.

**9** - Dados da United Nations Population Fund (UNPF) de 2010.

exemplo, favorecendo assassinos e agressores, os fazendo ter a guarda de seus filhos através de um resguardo judicial dado a eles e dispensado às mães. Igual, cega ou ciniicamente, fazemos vistas grossas quanto a diferença de possibilidades de trabalho entre homens e mulheres. Logicamente, não cabe a defesa fetichista da igualdade de gênero pautada na igualação total e em especial das condições do trabalho abstrato. Historicamente, essa igualação resultou em mais sobreposição de esferas dissociadas às mulheres em nome de maior “respeitabilidade” frente ao mercado de trabalho ao engatar mais ainda esferas dissociadas do processo de reprodução de quem trabalha e constitui família. A tal “questão da mulher” na Armênia engatinha, “mas tudo bem, sempre foi assim” e assim seguem as tradições do patriarcado armênio, como parte de um todo. Hoje o país ocupa o segundo lugar no campeonato mundial de aborto seletivo, atrás somente da China, ocorridos porque se prefere o varão à menina. A mulher armênia, bem como todas as mulheres que vivem sob o signo do patriarcado na modernidade, enfrenta todos os dias um mundo dominado pelo valor do homem. Apesar de serem quase metade da população da capital, apenas duas mulheres compõem o parlamento e nenhuma está à frente de prefeituras. Mais da metade das mulheres do país estão desempregadas e seus salários, em geral, correspon-

dem a 64% dos salários masculinos. As (des)afortunadas, ao encontrarem um lugar no mercado de trabalho, em sua maioria ocupam lugares secundários (além de enfrentarem uma dupla socialização, e não “dupla jornada de trabalho” como usualmente as correntes feministas interpretam), mesmo sendo o acesso ao ensino superior uma realidade na capital. O lugar relegado à mulher na sociedade armênia fica então evidente: no invólucro do lar, isso é, a casa e todo o conjunto de atribuições e “virtudes” a ela relacionada<sup>7</sup>. Em casa, confinadas à segurança familiar que só um verdadeiro lar patriarcal e heteronormativo pode prover, a mulher armênia se vê frente a frente com o seu maior temor: a violência doméstica acumpliciada pelo Estado. Por lá, não há nenhuma lei criminalizando a violência contra a mulher, distinguindo o feminicídio de um homicídio. Os números não são menos impressionantes: 59,6% das mulheres relataram já terem sofrido violência doméstica<sup>8</sup>; em outra pesquisa, 9% dizem sofrer violência doméstica sob forma física, 25% sofreram intimidações psicológicas, 61% tiveram seus comportamentos controlados e 3,3% sofreram violência sexual<sup>9</sup>. O código penal armênio classifica diversos crimes referentes à violência doméstica [art. 109/110] como “casos de acusação particular”, sustentando a violência doméstica como um problema privado e familiar.



Em 2013, o governo armênio rejeitou um projeto de lei referente à violência doméstica elaborado durante 5 anos por ONGs e alguns representantes políticos. O projeto previa medidas de proteção civil, assistência para as vítimas e penalidades para os acusados. Entretanto, nos últimos anos o governo armênio, ansioso e aspirante por ser reconhecido e quem sabe introduzido à União Europeia (e enfim, ficar de uma vez por todas livre do gigantesco fantasma russo-soviético) cedeu a algumas pressões internacionais quando o assunto foi disparidade de gênero. Em 2004, anexou o artigo 22 ao código trabalhista enquadrando a violação da igualdade de direito entre homens e mulheres e/ou o assédio sexual entre funcionários, subordinados e beneficiários, como uma violência grave à disciplina do trabalho (afinal, importa mesmo, que todos si-

gam produzindo). Cinco anos mais tarde, em 2009, o governo assinou um plano de ação estratégica para o combate da violência de gênero, curiosamente contraditório, então, com o rejeitado projeto de lei elaborado em 2013. Pois bem! Coube as mulheres mais uma vez se organizarem para serem ouvidas: emergindo das brechas do Estado (e recebendo esmolas do capital estrangeiro), sete ONGs reunidas em uma grande coalizão (Coalition to stop violence against women) tomaram para si alguns dos deveres do Estado, como “igualdade, solidariedade, justiça social; não discriminação, tolerância a todos os grupos da sociedade; propagação de direitos humanos e valores democráticos; formação e promoção da sociedade civil sem violência”. E elas seguem enfrentando os casos sinistros dessa justiça trilhada da antinomia do direito patriarcal.

## FOTOGRAFIA 1



*Em Gyumri o cartaz segurado pela ativista próxima aos policiais diz em armênio que “violência não é tradição”. Marina Thaler Machado em 09/10/2016.  
Fonte: Imagem do autor*

**GEOGRAFARES**

Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

Essa análise dispensa qualquer apologia do Estado na sua forma de gestão de crise, em seus deveres e “nossos” direitos de sujeitos iludidos dentro de qualquer território de “riqueza nacional abstrata” (Kurz, 1992), assim como da posição de “urubu” do rentismo “social” exercida pelas ONG’s. Cabe evidenciar como o cerne do problema está na própria forma social capitalista através do Estado, sendo essa uma forma que privilegia e sustenta o “valor” do homem em detrimento do “valor” da mulher, uma forma do fetichismo moribundo ansioso por dar mais um contralance em busca da vitória pela pseudo-acumulação. Mas, para que mais? Concretamente, o valor-dissociação toma a forma de uma antinomia do direito, tendendo sempre ao homem e relegando à mulher armênia o lugar surrado e sem valor das atividades dissociadas da esfera pública – e, mesmo que, na visão de algumas vertentes feministas, essas devessem ter o seu valor equiparado ao trabalho abstrato, não se acabaria com a forma de dominação patriarcal no capitalismo.

A igualação da mulher ao homem na sociedade moderna, referente às oportunidades de trabalho, remuneração e direitos, pode sim trazer mudanças para a vida cotidiana dessa mulher, isto é, a mulher ao alcançar a sua independência econômica no “totalitarismo econômico” (Kurz, 1999), também alcança outras (in)dependências reificadas, como a simples *possibilidade material* de divorciar-se ou não. Direito retirado, tal

qual se assaltam mercadorias. É assustador ver que ainda buscamos o reformismo social-democrata do início do século XX. Inegavelmente, nesse aspecto, o alargamento dos direitos pela via do trabalho pode sim constituir uma das vias de “emancipação da mulher”, mas essa emancipação é volátil e mistificada. A incorporação das mulheres ao universo do trabalho abstrato – em grande medida contraposto por correntes feministas ao trabalho doméstico – não garante nenhuma mudança no seu estigma social. Ao contrário, parece reforçar ainda mais um estigma já antes difícil de ser carregado: para além de ser boa esposa e boa mãe, agora ela também deve ser uma boa trabalhadora.

No pós-fordismo, com a revolução micro-eletrônica, dissolvem-se as instituições da família e do trabalho remunerado, na sequência dos processos da globalização, que eles próprios resultam do processo da dissociação-valor; as relações de gênero tradicionais desfazem-se sem que desapareçam as hierarquias de gênero. As relações entre os sexos no patriarcado capitalista asselvajam-se mesmo. O homem como ganha-pão da família e a mulher como dona de casa tornam-se obsoletos; as relações de gênero são agora aparentemente individualizadas, as mulheres são “duplamente socializadas” (Regina Becker-Schmidt), isto é, são igualmente responsáveis pela família e pela profissão, mesmo se agora são liquidados os trabalhos de reprodução cada vez mais profissionalizados, por sua vez também por mulheres. (Scholz, 2016)

Através de nosso trabalho de campo na Armênia e por esses dados, vimos que parece existir um alargamento da esfera do mercado, de forma bastante arbitrária e descaradamente exploratória, mesmo que não necessariamente acumule capitais, ou melhor, mesmo não abocanhando seu quinhão de mais-valia global. E, se sim, para que mais?

É esse o processo que Marx designou como transição histórica da subsunção “formal” para a subsunção “real” da atividade produtiva sob o capital. No seu decurso, as técnicas, disposições dos meios de produção, organizações de processos, etc., são adaptadas, ou seja, alienadas da sua finalidade ligada à satisfação de necessidades no sentido da produção de bens de uso” (ibidem, 289 [259]). Isto significa concretamente: “A inovação dos processos refere-se a ramos produtivos já existentes ou transformados pelo capital. Na medida em que são submetidos à ‘subsunção real’, ou seja, as suas técnicas tradicionais pré-existentes são substituídas por técnicas capitalistas, também o seu procedimento de fabrico é afectado pelas inovações permanentes; e não só a técnica propriamente dita, como também os processos de organização ou comunicação. Se, nas industrializações de base do século XIX, a ênfase incidia ainda no aumento do recurso às máquinas mecânicas, no século XX, a partir da segunda revolução industrial (‘taylorismo’, ‘fordismo’), a inovação deslocou-se crescentemente para o afiamento dos processos produtivos; não só pela famosa linha de montagem e pelas técnicas de organização do trabalho, que começaram a transformar os seres humanos em robôs, mas também com recurso a máquinas-ferramentas e logo, também, a técnicas de comando, etc. Esta chamada ‘racionalização’ causou um surto de produtividade monstruoso” (ibidem, 290 [260]). Este mecanismo compensatório da “expansão interna” do capital consiste, portanto, na “poupança maciça de dispêndio de trabalho ou de energia do trabalho humano por produto”. Isto “também atingia ramos produtivos que, até então, tinham estado organizados na sua estrutura interna de um modo essencialmente artesanal, mesmo que já fossem objecto de uma concentração semelhante à de uma fábrica” (ibidem, 291 [260]), o que se mostrou claramente na produção em massa de automóveis, frigoríficos e outras coisas. (Scholz, 2016)

Aqui as teorias do imperialismo e os possíveis oásis de acumulação primitiva, como não simultâneos à valorização do valor desse tempo vivido, se mostram já defasadas com a subsunção formal realizada na empresa transnacional capitalista. O “ajuste espacial” não mais como fronteira ou como limite fetichista do salário natural, no qual o trabalhador idealmente pode escolher entre vender sua força de trabalho ou virar produtor. A selva con-

temporânea é outra e já não se trata de desbravá-la, mas sim da corrida pela sobrevivência através de crédito, “oásis” em meio a tantos desertos de rentabilidade. A materialidade ou valor de uso podem muito bem ficar às traças, os helicópteros que jogam alimentos aos subsarianos subnutridos podem não arrumar financiamento, mas os grãos continuarão a existir e de sobra<sup>10</sup>. Nessa crise de acumulação e pseudoresolução por ajustes espaciais se encontra a ideia de sociedade acumuladora de barbárie. Situada no contemporâneo momento de crise e queda absoluta de massa social de mais-valia, a sociedade passa a acumular barbárie através da mobilização de todos pelo fim-em-si do dinheiro sem substância de valor atrelado a um castelo de cartas do capital dos “créditos incobráveis” e “dívidas estatais incumpríveis”, de acordo com Scholz (2016).

Outra questão importante de se ressaltar é o papel da indústria de armamentos, um dos negócios que mais movimentam dinheiro no capitalismo mundial, como a esperança da valorização ao custo da guerra civil mundial que a cada dia acumula novas barbáries.

O capitalismo atinge o seu clímax quando a expansão interna é atingida e ultrapassada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Então a queda relativa da taxa de lucro transforma-se numa queda absoluta da massa social de mais-valia e portanto de lucro, esbarrando assim a valorização do valor supostamente eterna na sua desvalorização histórica. [...] A acumulação alimenta-se desde então cada vez menos da substância de trabalho real passado e cada vez mais da antecipação de trabalho imaginário futuro. Investimentos e empregos sem qualquer base real são financiados por uma dívida global sem precedentes e pelas bolhas financeiras daí resultantes. [...] Todavia, apesar das aparências temporárias, aqui

**10** - “Embora todos os recursos humanos e materiais estejam disponíveis, partes crescentes da população mundial veem cercadas e negadas as condições de vida mais elementares. Até os magros e vergonhosos fornecimentos de ajuda material a zonas de fome e de catástrofe têm de passar pelo buraco da agulha da ‘financiabilidade’ e fracassar nesse empreendimento, por não alcançarem volume necessário. (...) A administração democrática das pessoas converte-se numa burocracia de morte e decide sobre o ‘valor da vida’ do material humano, de acordo com a sua utilidade ou inutilidade prática para o moribundo fetiche do capital” (Kurz, 2014, p. 370).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

não se acumula capital, como se viu na indústria de construção de muitos países após o estouro das bolhas imobiliárias. [...] Após um encadeamento cerrado de crises financeiras, que nos últimos trinta anos abalaram países e sectores económicos isolados, o crash financeiro de 2008 assumiu pela primeira vez uma dimensão global. O rompimento das cadeias de crédito coloca na ordem do dia o grande surto da desvalorização. Foram os Estados, já por si altamente endividados, que impediram o início da avalanche, por meio de injeção maciça de crédito adicional e emissão monetária ... As dívidas estatais incumpríveis somam-se aos créditos incobráveis dos mercados financeiros; aproxima-se a fusão nuclear do sistema de crédito. O futuro capitalista já consumido tornou-se presente. (Scholz, 2016, grifos nossos)

Nesse presente futuro, entre os tantos saltos mortais da mercadoria, se apresenta a acumulação de barbárie baseada na pseudo acumulação sobre o “outsider” – como se a mobilização geral não tivesse coberto o globo por inteiro. Para além de cobrir o globo com empregos e estágios, essa mobilização o faz também por meio de atividades dissociadas do valor tidas como “virtudes femininas” (Kurz, 2000), como também, através de educação, de programas estatais e bolsas sociais, de encarceramento em massa, de “ongueirismo” ou ainda de prestação de serviços. Assim, embora todos os esforços estejam voltados à mobilização de todos para a valorização do valor, a concorrência do capitalismo atual recoloca as mais modernas inovações tecnológicas com vistas à ampliação produtiva, contraditoriamente incorrendo na diminuição do valor produzido por unidade de mercadoria, fenômeno associado à queda tendencial da taxa de lucro. Restam às pessoas descartáveis ao processo de produção, a cada dia mais trocadas por máquinas e robôs, vagar entre

turistas e guerras, entre oásis e desertos de rentabilidade (Kurz, 2005). As atuais hipóteses de colonização se relacionam com as guerras e fronteiras territoriais onde morrem e se violentam populações em lugares não-rentáveis, mesmo com a indústria bélica dos gigantes da Otan envolvida; ou ainda, nas disputas entre indígenas e grandes produtores de *commodities* agrícolas – o mercado de futuro se territorializando no campo brasileiro por meio do capital internacional do *agrobusiness* a martirizar populações indígenas. Outro colonizável (como se por alguma mágica se pudessem fazer D-D’) aparece como sustentação moral da barbárie em suas acumulações.

O lastro do dinheiro há tempos é a bala e a bomba, como dizia Kurz (2002) já no tempo das revoluções militares que romperam com os feudos da Europa ocidental<sup>11</sup>, ou na situação da Primeira Guerra Mundial quando se suspendeu o lastro-ouro das moedas europeias. Estes são momentos da acumulação de capitais pela expansão do financiamento consolidando uma ficção, se cria liquidez, dinheiro em circulação, mas sem substância de valor produzida pela exploração do trabalho nos desertos de rentabilidade. Desse modo, em ocasião de crise financeira todos querem resgatar seu capital na forma do dinheiro para mais uma rodada canibal de reordenamento dos capitais e mercados, quando os desertos da rentabilidade ficam sem liquidez, os Estados compram mais dólares para abaixar o câmbio e conseguir ter

**11** - Robert Kurz aborda esse assunto em detalhes em seu último livro **O dinheiro sem valor** e de maneira bastante mais curta em “O estouro da modernidade: com tostões e canhões”.



alimento para a população supérflua em nome de maiores e impagáveis dívidas. Em outras palavras, somos o sujeito automático insistindo em dar crédito para a sociedade do trabalho em ruínas e sem substância.

Roswitha Scholz (2016) afirma que “as hipóteses de colonização são assim em Dörre transportadas para as mulheres, migrantes e outros “outsiders” de modo de facto forçado, já quase um pouco relutante, sendo que se pretende que a oposição de classes continue a ser sempre o verdadeiramente decisivo” (Scholz, 2016, p. 8). A mulher galgou seu espaço em postos públicos, prestação de serviço e outros trabalhos de menor prestígio social, mas seguem como minoria em postos de comando e/ou liderança, ao mesmo tempo em que ocorre alargamento das atribuições relativas à esfera privada e do trabalho doméstico, aparecendo ainda como uma atribuição “natural” das “virtudes femininas” (Kurz, 2000). A renovação ideológica da modernização retardatária hoje se mostra no ilusório “pulo do sapo” pregada pelo empreendedorismo social como se a modernização pudesse usar atalhos e evitar “etapas” do desenvolvimento da economia da “riqueza nacional abstrata” (Kurz, 1992, p. 70) e alcançar o topo concorrencial na contemporaneidade pós-catastrófica. Esse processo de subjetivação fetichista retardatário acompanhado *pari passu* na Armênia não garantiu nenhum espaço menos hostil às mulheres, pelo contrário, parece até reforçá-lo. Não é nada fácil, e

mesmo conversando, vivendo três breves meses (cheios de visitas às igrejas do país) não conseguimos dimensionar ainda uma reflexão razoável sobre a importância da Igreja Apostólica Armênia no âmbito dessa questão social da relação do valor-dissociação em suas particularidades armênicas.

O espesso caldo da tradição é engrossado por diversos ingredientes conectados entre si: um ressentimento consciente de quem foi vítima de um genocídio não reconhecido pelos seus próprios vizinhos, uma retidão moral ancorada pelo orgulho religioso de ser a primeira nação cristã do mundo, uma modernização lenta e morosa ainda engatinhando, própria das ex-repúblicas soviéticas e, por fim, um *ethos* de guerra constantemente reforçado pelo atual conflito em Nargorno-Karabakh. A somatória desses elementos garante e reverte-se em práticas sociais androcêntricas particularmente armênicas.

Soa muito estranho esse *ethos* de guerra alimentado das mais diversas maneiras; desde os cliques musicais voltados ao conflito de Nagorno-Karabakh, passando obviamente pelo serviço militar obrigatório de dois anos, o ódio racial e religioso contra turcos e azeris (tidos muitas vezes somente como turcos), também fomentado dos lados de lá da fronteira azeri. A guerra move e evoca os sentimentos mais lamentáveis na sociedade do valor-dissociação: racismo, intolerância, dogmas, soberba, soberania. Não é raro encontrar uma pessoa *hayastantsi* (nascida na Armênia) enten-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709



do que tudo o que é *haykagan* (coisas produzidas na Armênia) é melhor, mesmo não tendo ultrapassado uma só vez as fronteiras; noutros casos conhecem, mas não se convencem do contrário. Muitos se ofendem com críticas tais e rebatem: “mas todos os países têm problemas”. A ideia de identidade vinculada à diferenciação aqui ganhou cores ainda mais fortes. Laranja, ou *tsiranaguin* (cor de damasco), como preferem os mais orgulhosos, o vermelho sangue encarnado em dinheiro e guerra, o azul da trégua impossível do terror que é o totalitarismo econômico (Kurz, 1999) instaurado pela guerra de 1914.

### Considerações Finais

Tentamos, ao longo deste texto, pensar o problema da identidade armênia (a assim chamada armenidade) na tensão de suas formas de representação e isso não como um resultado de uma união cultural remontada a períodos pré-cristãos, mas, como parte da totalidade social especificamente moderna da sociedade patriarcal produtora de mercadorias. Criticamos, a partir da mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977), a ideia presente na possibilidade de uma pessoa expropriada e refugiada de guerra se reproduzir apenas por conta dos elos culturais de sua comunidade em destinos da diáspora, apontando como essa reprodução move vínculos internos e externos à comunidade armênia, fruto de uma relação de exploração en-

tre capitalistas e trabalhadores em um mercado da periferia do capital.

O desenvolvimento do argumento no segundo item enfatizou as relações na comunidade armênia da metrópole paulistana buscando investigar os nexos entre trabalho e crédito no setor calçadista, no qual os armênios ao longo do século XX ganharam destaque inclusive no imaginário social da cidade. Além de criticar a ideia de “ajuda-mútua” desenvolvida na análise de Grün (1992) acerca do estabelecimento dos armênios chegados ao Brasil depois da guerra de 1914, a interpretação que tentamos estabelecer, em diálogo com a teoria do valor-dissociação, possibilitou desvelar como as relações tidas como culturais ou de “ajuda-mútua” escondem formas de exploração entre classes e de dominação patriarcal no âmbito privado, mas também no mercado quando os créditos são concedidos aos chamados “bons armênios”.

Encerramos o texto com uma reflexão feita a partir da experiência de viver na Armênia no segundo semestre de 2016 enfocando a “questão da mulher” naquele país. Novamente sob a perspectiva do valor-dissociação, especialmente através do texto de Scholz (2016), criticamos as perspectivas teóricas que afirmam a continuação de regimes de acumulação de capitais como um desafio nas dinâmicas de crise do capital fictício, baseados em relações de trabalho extremamente exploratórias sobre os grupos entendidos “outsiders”, imigrantes, refugiados e evidentemente as mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1983].

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1992.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GRÜN, Roberto. **Negócios & famílias: armênios em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

KURZ, Robert. **O dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política**. Lisboa: Antígona, 2014.

\_\_\_\_\_. Barbárie, Migração e guerras de ordenamento mundial. In: Serviço Pastoral dos Migrantes. (Org.) **Travessias na desordem global – Fórum Social das Migrações**. São Paulo: Paulinas, 2005.

\_\_\_\_\_. **O estouro da modernidade com tostões e canhoês**. 2002. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz94.htm>. Acesso em: março de 2015.

\_\_\_\_\_. **O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **A realidade irreal**. In: Últimos combates. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Totalitarismo econômico**. In: Folha de São Paulo. 1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs22089916.htm>. Acesso em: maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **Virtudes femininas, a crise do feminismo e a gestão pós-moderna**. In: Folha de São Paulo. 2000. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz42.htm>. Acesso em: abril de 2015.

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. **O comunismo dos armênios de São Paulo (1935-1969)**. 2012. Dissertação (mestrado). Pontífica Universidade Católica de São Paulo.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: HUCITEC/São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro I, tomo I (volume 1). São Paulo: Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro I, tomo I (volume 2). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930). In: OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

PORTO, Pedro Bogossian. **Construções e reconstruções da identidade armênia no Brasil (R.J. e S.P.)**. 2011. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense.

SAPSEZIAN, Aharon. **História da Armênia: drama e esperança de uma nação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem. **NOVOS ESTUDOS/CEBRAP**, n°. 45, julho de 1996, pp. 15-36.

\_\_\_\_\_. Cristóvão Columbus Forever? **EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria**, n° 13, 2016, 192 p. Disponível em: [http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz24.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm). Acesso em: maio de 2017.